Universidade Federal de Ouro Preto
Curso de Pedagogia
Polo de Divinolândia de Minas

Trabalho de Conclusão de Curso

Os desafios e implicações do gênero na gestão escolar

Regiane Malosto de Oliveira Batalha

Governador Valadares – MG

2021

Regiane Malosto de Oliveira Batalha

Os desafios e implicações do gênero na gestão escolar

Artigo científico apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto para obtenção do título de Pedagogo.

Orientadora: Pauliane Romano Cirillo

Governador Valadares – MG

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Regiane Malosto de Oliveira Batalha

Os desafios e implicações do gênero na prática da gestão escolar

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia EaD da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em 30 de junho de 2021

Membros da banca Avaliadora

Profª-Dr. - Pauliane Romano - Orientadora
Prof.-Ms. - Vitor Ferreira Lino - Avaliador

O Coordenador do Curso de Pedagogia EaD, Prof.-Dr. Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva, certifica que o TCC foi aprovado e autoriza o depósito da versão final na Biblioteca Digital de TCC da Universidade Federal de Ouro Preto.

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva, COORDENADOR(A) DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**, em 20/07/2022, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0365127** e o código CRC **607E9700**.

Sumário

Resumo.....	06
Introdução.....	07
Uma breve história da mulher na educação.....	09
Da docência à gestão escolar.....	11
O lugar da mulher no cargo de gestora escolar.....	14
Considerações finais.....	16
Referências.....	18

RESUMO

O presente artigo trata sobre reflexões acerca da educação, gestão escolar e o gênero dentro e fora do ambiente escolar, discorre sobre o surgimento e inserção da mulher dentro do espaço educacional e sua caminhada de educadora até a ascensão ao lugar de decisão da “gestão escolar”, aborda o desafio contínuo de estar em processo de reconhecimento do gênero frente as imposições destes lugares, bem como seus desafios e implicações pela condição de gênero e as superações e conquistas nesta caminhada. Esta pesquisa foi embasada por meio dos autores que discutiram sobre o tema educação, gestão escolar e sua transversalidade de gênero, dentre eles são, Bernardes e Guimarães, Tânia Brabo, Vanisse Corrêa, Dotta e Tomazoni, Guacira Louro, Martins, Rios e Vieira, dentre outros.

O estudo foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica, de forma exploratória, através de leitura e fichamento do material selecionado. O objetivo deste artigo é analisar as implicações e representações de gênero na gestão escolar e introduzir fatos e levantamentos que relatem a difícil tarefa da mulher na conquista de espaços de poder apesar de sua grande maioria quantitativa no meio educacional.

Palavras-chave: gênero, gestão escolar, educação;

Introdução

Ao longo da trajetória da docência muitas situações de desigualdades são vivenciadas dentro da vida pessoal e profissional, mas algumas nos levam a refletir sobre o porquê e como tal diferenciação acontece, ou seja, começam a questionar se tais ocorrências estão marcadas pela estrutura social ou em decorrência da concepção do indivíduo, nesse caso, enquanto sujeito de uma identidade ou de seu gênero.

O conceito de gênero pode ser considerado uma construção social, uma vez que o termo não concebe uma definição fixa, ao contrário, está em constante transformação e reformulação de seu entendimento à medida que se adentra ou permeia as transversalidades dos sujeitos, como seu contexto histórico e sociocultural.

Mas se o gênero não está ligado diretamente a identidade sexual, a qual identidade ele se liga, poderia ser o questionamento desse trabalho, no entanto, entendemos que a identidade, além de uma construção subjetiva, não pode ser explicada ou limitada de maneira simples. De acordo com o Hall (2006) apud Corrêa (2010), se destacam três concepções de identidade do sujeito, para sua essência, o sujeito e sua identidade se compreendem por meio de suas relações com os outros(as), e dessa interação se elabora a sua identidade, e suas multiplicidades.

Sucintamente pode-se pensar na identidade como um meio entre a diferença e a igualdade, sendo que poderá ser feito como processo de construção de uma forma positiva (eu sou) ou antagônica (eu não sou). Para isso é preciso entender que existe uma relação quase simétrica entre a igualdade e diferença, pensando que o conceito de igualdade introduz a ideia de padrão e a diferença como conceito margeia a construção da ruptura deste.

Mas existe outra forma de construção, quando existe na negação do outro, ou do que o outro representa, propõe uma ideia da identidade como algo fixo e, a partir desta atitude, se diferencia do outro. Este conceito introduz a ideia da norma ou normatividade, da identidade como algo fixo e capaz de ser padrão, o que não é real. Existe uma relação de coexistência dentro do processo de formação da identidade e, para tanto, se houvesse posição de dizer, seria dito que a diferença/diverso comporia a identidade e não o contrário.

A visão de outrora onde identidade era vista como algo único e estável, passa a ser percebida como algo plural e fragmentado, que está constantemente em mudança por meio das várias influências interrelacionadas das estruturas institucionais e estruturais que abarcam seu

universo, pois estão em constante construção através deste mundo cultural e social em que se vive, conjuntamente com todas as *relações* dos sujeitos, que são criações sócio culturais e como tais coexistem numa intrínseca relação de poder.

Segundo Netto, “[...] toda diferença é uma produção social feita por meio de discursos. O mundo é mais ou menos diverso a partir de certa perspectiva que define, discursivamente, índices de diferenciação” (Netto, 2007, p.47 apud Bernardes, 2019). Conforme a jornada feminina avança os obstáculos encontrados vão se revelando, alterando-se em formas e falas, demonstrando uma íntima conexão de natureza pessoal, afinal conciliar diferentes ambientes e responsabilidades pessoais a profissional, faz com que socialmente seja engendrado um conceito de limitação, ou no mais perverso, de incapacidade e competência em cargos além da docência.

No entanto, compreendendo que a escola seja um espaço democrático onde exista o processo de formação e superação de desigualdades sociais, e que tem em sua predominância o sexo feminino, viemos por meio da pesquisa bibliográfica procurar compreender a percepção dos autores sobre como é a trajetória das docentes, perpassando em meio a construção da identidade de gênero e sua relação com a gestão escolar, e como seu percurso foi consolidado por sua maioria numérica, e analisar quais os desafios que ainda abrangem a maioria das profissionais para adentrar no campo da gestão.

Para elaboração dessa análise e pesquisa bibliográfica foram selecionados autores que abordam o tema dentre os vieses de educação, gestão escolar e gênero, sempre dentro da perspectiva das implicações do acesso ao cargo ‘maior’ dentro do espaço escolar para as docentes. Uma vez selecionados, foram fichados os textos referenciados e analisados buscando compreender e traçar uma linha temporal alinear a trajetória feminina e seus desafios dentro do meio educacional, por fim, após constructos e estudos foi elaborada uma pequena trilha para tentar elucidar o tema.

O artigo está construído em três pontos, uma narrativa breve e sucinta da trajetória da mulher para a educação, buscando demonstrar que este percurso foi traçado para além dela, e de sua concepção, o caminho percorrido pela mulher até a condição do magistério por meio da ocupação de lugares até alcançar e superar o desafio de estar à frente da gestão escolar, e por fim, relacionar uma perspectiva do cargo da gestão escolar de forma crítica e reflexiva no sentido de rever as ações de reprodução ou massificação que estão naturalizadas no meio educacional que ainda são ferramentas de dominação ou submissão de um gênero sobre o outro dentro do ambiente escolar.

Uma breve história da mulher na educação

Em primeiro lugar devemos contextualizar sobre como e para quem o processo da educação no país aconteceu, ou seja, a educação se destinava à formação da elite branca e à catequese, nesse caso, direcionado pelos jesuítas para a formação de uma elite *masculina*.

[...]A partir das Reformas Pombalinas, houve a permissão para a frequência das meninas na escola, contudo, o ensino era separado por sexo. Com essa reforma, além do ingresso das mulheres na escola, abriu-se para as mulheres o magistério público como profissão (STAMATTO, 2014, p.3). Contudo, essa reforma não representou um ensino extensivo à população, principalmente às mulheres. [...]pois o objetivo prioritário era prepará-las para o casamento; (DOTTA, 2015)

Em 1827 a Lei Geral sobre o ensino primário determinava a inclusão regular de aulas para meninas, no entanto, caberia às escolas a separação destas, já que não poderiam aprender todas as disciplinas que eram ensinadas aos meninos, e o aprendizado situava se em afazeres domésticos e cuidado da família. Uma vez segregados os sexos caberiam à escola a indicação de uma professora, tal situação demanda então, mais mulheres nesse ambiente.

Somente em 1879 por meio do Decreto n.º 7.247, do então Ministro Carlos Leôncio de Carvalho, houvera a liberação para classes mistas de ensino primário, bem como delibera a preferência de mulheres para tal função, no entanto, o ensino se limitava à infância e diferentes currículos para os sexos. Já em 1945, na Era Vargas a atenção se voltou a educação feminina, vinculando a formação a seu papel familiar.

[...]A visão da dicotomia feminina: mulher do lar / mulher prostituta, a valorização dos trabalhos do lar, do cuidado com os filhos e maridos, em detrimento do trabalho fora do lar, são uma consequência previsível do autoritarismo e do cerceamento de liberdades que se anunciava cada vez mais iminente nos anos 30; [...]preservavam a visão da mulher educadora “de crianças”; (NAHES apud DOTTA, 2015).

Cabe ressaltar o fato de que apesar da presença da mulher no meio educacional devido à necessidade do Estado, foi apenas em 1943, pelo Código Civil de 1916 que, com a devida autorização marital, a esposa poderia trabalhar fora do ambiente doméstico. Essa contraposição entre os *lugares* das mulheres nesse período, se propunha a reforçar uma ideia de que não apenas o lugar deveria ser definido pelo Estado, mas seu papel social, sua figura feminina estava atrelada a uma imagem de docilidade, submissão e assexualidade. Caberia a ela exercer as atribuições de mãe, esposa e educadora, desde que não almejasse qualquer função masculina.

O exercício primário era feminino, mas a carreira era masculina, uma vez que os homens ascendiam de maneira rápida para cargos superiores em funções técnicas e gestão (devido à alta

no processo de industrialização e urbanização), nas redes de ensino, ou até em formação de outros professores. A alocação da função da mulher ligada à docência, primeiramente nos anos iniciais de escolarização, aproxima-se da visão sociocultural da mulher e seu papel de cuidadora, na visão da sociedade da época, na qual o papel do feminino estava amarrado à maternidade e ao ato de cuidar. Conforme Arce (2001) apud Martins, Rios, Vieira (2016) ao homem caberia definir tanto o seu papel social quanto da mulher.

Adentrando no espaço da educação considerada uma área feminina, as mulheres, por questões de *gênero*, não deixam de sofrer desigualdades e/ou preconceitos,

[...]Historicamente vemos que a diferença foi tratada como desigualdade. Homens e mulheres são diferentes entre si, assim como os homens são diferentes entre si, tal como ocorre entre as mulheres, no entanto, as diferenças foram construídas como desigualdades. A desigualdade de gênero constitui uma das agendas de luta dos movimentos feministas e é neste contexto que o conceito de equidade de gênero ganha importância. Por equidade de gênero entendo a condição de igualdade de direitos para os sujeitos, independente de gênero (masculino ou feminino) (XAVIER, 2009, apud CORREA, 2010, p.25).

Ao se iniciar o debate sobre a concepção da semântica do conceito de gênero diferenciando-o do conceito de sexo, permite-se compreender que gênero está vinculado a uma carga social e histórica, e que por meio dele é possível afirmar que a questão biológica não é o motivo das diferenciações, ao contrário, é por meio dele que se entende, reproduz e valoriza se a disparidade em que se dá a determinados grupos sociais ou momentos históricos, de maneira a reforçar, garantir ou legitimar tais desigualdades.

Cabia ao Estado como detentor do poder decisório, numa sociedade andrógena, delimitar as normas e instruções femininas, por meio de leis, currículos e regras. Buscando uma formulação onde a mulher,

[...] deixa de ser procriadoras incultas para tornarem se futuras esposas educadas, [...]Portanto, apesar de conceder se às mulheres algumas parcelas do saber, tanto este como o poder não se distribuíam equitativamente, nem sequer significaram a liberação das mulheres. [...] (ALMEIDA, 1998 apud CORRÊA, 2010. p. 38)

Nas primeiras décadas do século XX ocorre a feminização do magistério, e tal fato histórico vai sendo construído devido à conquista das mulheres pelo aumento de sua escolarização, e subida de trajeto para a classe trabalhadora, dessa maneira, se percebe que essa atribuição se prende diretamente a função de docente. Vale ressaltar que mesmo dentro deste contexto, suas atividades são quase sempre vistas como *secundárias*, de apoio e suporte, no sentido de menos

equiparativo de valor ao trabalho masculino, uma vez que cabia a eles controlar e dirigir o direcionamento da escola, ou da educação.

[...] por conta do desprestígio do magistério, principalmente sua baixa remuneração e qualificação fez com que poucos homens se interessassem pela docência, em detrimento das mulheres que na busca por um espaço para o trabalho iam se identificando com a profissão; (MARTINS, 2016, p.5)

Dentro de tais condições históricas adversas ao seu controle ou decisão, para a mulher, cujo acesso ao conhecimento era escasso, a docência torna se uma grande chance de crescimento, mesmo que coubesse a ela, ainda dentro de outro espaço o continuo ato de cuidar.

Da docência à gestão escolar

A trajetória feminina na educação apresenta-se como algo consolidado dentro da história da educação brasileira, como se existisse uma identificação *natural* entre a relação da mulher e o processo de educar, ou ao meio onde ocorre tal processo. Tal contexto não traduz a realidade como percebemos por diversos autores, pois embora essa trajetória tenha sido inicialmente de exclusão, foi por meio de uma reviravolta sua inserção no meio educacional. Reverteu-se de minoria a maioria, e mesmo que dentro da literatura pouco ou nada se falasse delas, pela convicção de sua pouca importância como indivíduo ou sobre a indefinição de seu papel social, elas alcançaram um lugar nesse meio.

Com o início da utilização do termo *gênero*, pelo movimento feminista, *inicia* uma tentativa de diferenciar os sujeitos, nesse caso, de colocar a mulher como objeto nas construções de conhecimento, no âmbito da visibilidade da figura feminina, para que se pudesse superar as limitações postas a elas em diferentes espaços e instâncias. Os Estudos feministas ou Culturais, conforme Louro (2003) partem de uma concepção de que os sujeitos são construções transversais ou identidades plurais, múltiplas que compreendem-se em identidade sexual, de gênero, raça, classe, nacionalidade, dentre outros, mas que se interligam e se interrelacionam, mesmo em casos divergentes.

A partir disso magistério começa a adquirir características “próprias” ditas pela sociedade, o papel de paciência, minuciosidade, afetividade e doação, tipicamente femininas, dispondo tais condições àquelas que por ventura se aventurassem nessa atividade. Na tentativa de justificar a diferenciação do lugar *feminino* dentro da sociedade, e neste caso no meio educacional remete-se às características biológicas, à distinção de homens e mulheres, portanto, utiliza se a distinção

sexual para compreender e justificar a desigualdade que existe dentro desse universo, de maneira que venha a reafirmar a posição androcêntrica da sociedade mesmo em um espaço massivamente feminino.

[...] o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Como diz Robert Connell (1995, p. 189), "no gênero, a prática social se dirige aos corpos". O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são "trazidas são compreendidas e representadas ou, então, como são "trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico". (LOURO, 1997)

Apesar da entrada delas no mercado de trabalho consolidou se ao longo de décadas, uma grande diferença entre os alcances de cada gênero dentro dos espaços, sendo que as atividades femininas, se concentram em trabalhos mal remunerados, precários e na economia informal, afinal se o “cuidado” fosse um trabalho profissional, seria o setor mais produtivo da economia, pois movimenta mais dinheiro por ano do que todos os setores produtivos e ainda maior que o PIB da maioria dos países. Tal carga extra e não-contabilizada é desigual em todos os aspectos, mas tem um alvo bem definido: à maioria das mulheres. Cabe a elas o cuidado da casa, dos filhos, dos parentes, dos maridos, e quase nada para si mesma. (MAMILOS, 2021)

Torna se patente explicitar que o gênero é a maneira inicial de dar significância às relações de poder em todas as áreas. São a partir de várias situações do cotidiano e dentro da prática docente, de acordo com Sasso e França (2015) que os sujeitos de forma intencional ou não fazem julgamentos dos papéis sociais, comportamentos, pensamentos que não seguem o padrão estabelecido, socialmente e no determinado momento histórico. Dessa maneira é possível perceber que os estereótipos ligados ao gênero são reforçados, [...] por práticas divisórias de sujeição, conseguidas pelas relações econômicas, pelos hábitos e tradições, e também, pela educação (MESOMO, 2004, p.05 apud SASSO, FRANÇA, 2015, p.88).

[...]Compreende-se assim, que o ambiente escolar, [...] se constitui num contexto propício não só para a propagação de concepções sociais fundamentadas em referenciais hegemônicos – *no sentido de privilegiar determinados grupos sociais* – mas também das ali produzidas, que muitas vezes promovem as diferenças como produtoras de desigualdades sociais (SANTOS e ARAUJO apud SASSO e FRANÇA, 2015) (grifos nossos).

A escola enquanto idealizadora deveria ser ou se tornar uma instituição social que cumpriria a função de **equalizadora** dentro da sociedade, transformando a. Reduzindo a divisão e separação das classes sociais e de seus componentes criando condições de alçarem mais oportunidades,

assim como Saviani (1999) apud Silva e Tunice (2019) essa situação de desigualdades sociais é influenciada intrinsecamente pela atuação das escolas, e suas capacidades de mudança entre seus sujeitos por meio de um conhecimento crítico e anseio de igualdade.

É dentro dos espaços educacionais que os sujeitos se relacionam de maneira intensa, mediadas pelas suas crenças e valores. Segundo Weber (2002 apud Corrêa, 2010, p. 65), as relações acontecem quando as pessoas percebem o comportamento do outro, e baseando se na própria visão correspondem, interagem, dessa maneira, a relação social consiste na probabilidade de vislumbrar a maneira dos sujeitos se comportarem dentro desse elo. É sabido que dentro do ambiente escolar, os indivíduos agem e reagem à medida que são postos a determinadas experimentações, e que isso acontece o tempo todo.

A gestão escolar está intrinsecamente permeada das relações sociais, e carrega em si diversas maneiras de exercer o poder, caberá ao diretor(a) exercê-lo. E é na escola pública de séries iniciais do ensino fundamental de periferia o lugar onde se travam lutas pelo poder e se constroem relações de poder, de maneira aberta, e às vezes, até impositivas (CASTRO, 1998 apud CORRÊA, 2010).

Apesar de entender que existe um tipo de ideário da forma de gestão escolar, a realidade, contudo é bastante diferente.

(...) a gestão escolar pode ser compreendida como um processo político, de disputa de poder, explicitamente ou não, através do qual as pessoas que agem na/sobre a escola pautam-se predominantemente pelos seus próprios olhares e interesses acerca de todos os passos desse processo, com vistas a garantir que as suas formas de compreender a instituição e os seus objetivos prevaleçam sobre os dos demais sujeitos, ao ponto de, na medida do possível, levar os demais sujeitos a agirem como elas pretendem (SOUZA, 2007a, p. 114 apud CORRÊA, 2010, p.46)

Quando se refere a gestão escolar suscita-se como algo inovador, onde exista autonomia escolar, maior participação dos pais, comunidade local e sociedade, dentro do viés de compreender a escola como um local de participação popular e cientes das necessidades da realidade onde está inserida.

É fundamental que a escola seja um espaço de associação com a formulação de uma nova linguagem para o debate tanto de questões socioeconômica quanto valores democráticos, e que tais discursos ultrapasse a barreira conteudista, e se possível da própria limitação de espaço organizacional e estrutural, atingindo toda a comunidade e os entes envolvidos nesse meio.

O lugar da mulher no cargo de gestora escolar

Um dos pontos que podemos questionar quanto à função da docência chegando ao exercício do maior cargo da escola, ou seja, a gestão escolar nos coloca como questionamento a diferença entre os gêneros, ou seja, uma vez que uma das grandes divergências do cargo quando exercido pelo masculino se refere à diferença salarial,

[...] segundo dados do IBGE (2017), a taxa de alfabetização e o número de anos de estudo é maior entre as mulheres que entre os homens. [...] apenas 52,7% delas participaram do mercado de trabalho em 2017 [...] as mulheres ocuparam, preponderantemente, cargos na área da educação, saúde, serviços sociais e serviços domésticos. [...] “receberam menos que os homens, em média [...] o que representava 77% do rendimento masculino; (IBGE, 2018, p. 29). (IBGE apud BERNARDES, 2019)

Tal contradição não poderia estar ligada a ideia, leia se, ponto de vista; opinião, construir uma ideia de alguém, no que se refere ainda hoje, em pleno século XXI a formulação de que a mulher está ‘enquadrada’ num determinado papel e limitada competência?

[...] Segundo Netto “[...] toda diferença é uma produção social feita por meio de discursos, **estruturada como base na linguagem** (*grifo meu*). O mundo é mais ou menos diverso a partir de certa perspectiva que define, discursivamente, índices de diferenciação” (NETTO, 2017 apud BERNARDES, 2019)

Apesar da constante transformação social tanto intra ou interrelacional com o ambiente escolar, entendemos que o conceito, a formulação da diferença é sempre social e histórica, feita de maneira elaborada e dinâmica, num movimento ininterrupto de construção – desconstrução – construção, mas que sistematicamente está atrelado as relações de poder e sob a visão de quem detêm este poder.

Segundo Silva (1999) é premente que os educadores assumam a sua identidade como trabalhadores, envoltos nas culturas e produções sociais, dentro do tecido que permeia o processo não só de educação, mas conscientes e críticos na produção de uma memória histórica, tornando se sujeitos sociais que modificam o espaço e a vida social, compreendendo que o campo educacional é entrelaçado por relações que conectam tanto o poder e a cultura, a pedagogia e a política, a memória e história.

Vale ressaltar que segundo Camargo (2007 apud Corrêa, 2010, p.22), é afirmativo que as professoras estejam engajadas na luta sindical, e sindicalizadas, pois uma vez que não o façam alienam se dos interesses da sua classe, e, portanto, não se colocam a frente na disputa pelos postos de poder. Sendo a escola, um *locus* de ligação e reconhecimento das diferenças

(transversais) de gênero, sexualidade, etnias, classes, entre outras, mas que podem ser de transcrita pelo método da transformação ou massificação das diferenças, a escola torna-se um lugar de produção/reprodução por meio dos currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação, dentre outros. (LOURO, 2003 apud BERNADES, 2019).

É preciso de maneira urgente abordar a temática de gênero dentro do ambiente escolar buscando compreender os sujeitos envolvidos neste processo, uma vez que sabemos que existe uma pluralidade e diversidade especificamente neste meio. Entende-se que seja por puro descaso da gestão ou por falta de comprometimento do corpo docente, as questões socio culturais, econômicas ou políticas são muitas vezes menosprezadas, postergadas ou ‘despercebidas’ e os danos causados no processo de ensino aprendizagem desses atos são o aumento das mazelas sociais, por meio de defasagem ou vulnerabilidade dos alunos expostos, e nesse interim o não se correlacionam ao desnivelamento social com o desempenho escolar, seja por evasão ou reprovação (SILVA e TUNICE, 2019).

Conforme a autora Louro (2007) apud Martins, Rios, Vieira (2016) adentramos no ambiente escolar assimilamos que a escola entende diferenças, distinções, desigualdades, no entanto, ela se incumbiu de separar os sujeitos, e o fez desde o que adentrava distinguindo e ‘disciplinando’ o, tanto quanto os que lá estavam, por meio de modelos de classificação, ordem e hierarquia.

De acordo com Martins, Rios, Vieira (2016) numa pesquisa quantitativa feita com alguns profissionais da educação pública sobre liderança como gestores escolares, percebeu que 70% dos entrevistados (ressaltando que 50% do público entrevistado era do sexo feminino) apontava a liderança masculina como ‘melhor’ devido a imposição de resultados contrapondo-se a *condescendência* feminina neste mesmo papel, considera ainda que as mulheres no meio educacional demonstram uma representação de *fragilidade* com pouca margem de autoridade, e ao final, que a maioria das mulheres não estariam em maioria dentro do cargo da gestão escolar por abrirem mão de projetos e planos pessoais, por se dedicarem a realizar os projetos das escolas em detrimento dos próprios.

Tal situação leva a crer que ainda se correlaciona diretamente a concentração de poder ao estado de competência administrativa, ou seja, quanto maior poder mais competente o sujeito ‘seria’ o que não pode ser comprovado. Mesmo diante de algumas considerações, poderíamos considerar dialeticamente a situação da representatividade dentro do cargo de gestor escolar, ou seja, de acordo com Miranda (2020) as representações de homens e mulheres estão vinculadas

aos seus papéis sociais, no entanto, é preciso salientar que o ‘ser’ masculino ou feminino são identidades e dessa maneira, elaboradas cotidianamente, não podendo ser atestada como estagnadas ou prontas, portanto, a competência tanto a capacidade de planejar, mensurar ou cumprir metas estabelecidas pela educação não está ligada à sua identidade.

Sabe que se a escolha de um diretor é um cargo político, e que ainda existe uma ‘predileção’ ao homem para esta função, por meio de uma cultura masculinizada ou machista, tende se a propagar a todos, inclusive entre as mulheres, maioria no meio educacional, pode se questionar como há mulheres que chegam a esse cargo e que caminhos elas percorrem ou percorreram na disputa do poder neste jogo pré-estabelecido pela classe masculina e ‘branca’.

Ao se deparar com este mundo masculino, muitas mulheres trabalhadoras, na tentativa de obterem o respeito profissional, começam a apresentar atitudes masculinizadas. Embora não haja uma “maneira feminina de administrar”, há este modelo masculino, muito enraizado, ligado ao simbolismo da força e da violência. E é neste modelo que muitas vezes a mulher se inspira profissionalmente, já que é o mais respeitado e associado ao poder. (CORRÊA, 2010)

Observa se que nesta trajetória a mulher utiliza se determinadas táticas ao longo de sua caminhada para alçar o lugar de posição da gestão escolar, ou seja, a tática se refere a alternativas que não demonstrem a intenção ou falta de confrontar o poder estabelecido, contrapondo se a estratégia, que consistiria em contrapor um poder ao outro, nesta situação, percebe se como um ato de resistência ou quiçá, rebeldia. Por meio de um discurso paradoxal a prática, as mulheres criaram sua existência nesse meio, e se mobilizaram para criar uma forma de existência que as permitissem galgar ‘vagarosamente’ o seu lugar.

Considerações Finais

Todo o seu pensamento é em ‘palavras’, como se fosse uma conversa interna consigo mesmo. Não conseguimos pensar em imagem, nem em cenas, apenas em linguagem. (Guilherme Lourenço)

Apesar do avanço da educação feminina constituir de um grande progresso na compreensão das relações sociais, de política e de gênero, nada mais foi que uma pequena superação na longa caminhada por reconhecimento e equidade dentro do meio educacional e da sociedade.

Acessando a produção acadêmica sobre o tema fica evidente que essa temática pode e deve ainda ser melhor estudada, e desde que esse período de isolamento se iniciou em 2020 ficou mais nítida as condições de mudança dentro dos modelos familiares e do mercado de trabalho,

uma vez que cabe a maioria das mulheres ser o *arrimo* de família, o que afeta diretamente a condição da mulher dentro do meio profissional, neste caso no ambiente escolar.

Ser capaz de entender que é por meio da educação que a cultura é posta na vida das pessoas, e é nos seus meios de formulação que se faz entender o que a cultura traz em si, sistemas de representação e lógica, que nada mais são que acúmulos de vidas cotidianas. Mas ao mesmo tempo são resgates históricos de gerações e é, por esses meios e representações que o reconhecimento e/ou pertencimento de alguém a um grupo é construído, e tal parte torna se fundamental para o indivíduo, enquanto formulação de si mesmo.

Diante das colocações dos autores é premente que se questione não apenas o que ensinamos e perpetuamos, mas o modo como ensinamos. Resignificar é preciso, é urgente. Compreender que a realidade da transversalidade existe e se faz presente dentro de cada sujeito, torna o processo de ensino aprendizagem não somente uma prática, mas uma construção de conhecimentos feitos a partir dos envolvidos. Dessa maneira, a educação e por consequência, as educadoras, precisam construir sua identidade de sujeito, do gênero feminino. Parece antagônico essa fala, no entanto, esse espaço da gestão ainda não é equitativo, e para mudar a educação é necessário que a mulher tome consciência de si mesma e lute por sua condição e almeje estes lugares de poder.

Nas narrativas percebe se que grande parte das mulheres ainda se colocam em um 'grau' de inferiorização dentro do espaço educacional, seja pela dualidade da escolha da vida profissional e pessoal, ou por não ter acesso ou abertura para atingir o cargo de gestão. Levando em consideração que a maioria destes espaços está repleto de mulheres, entende se que a valorização individual ou coletiva não é elaborada, ou seja, o discurso que permeia estes espaços é que a educação é um lugar de cuidados, e cabe a elas, esta função e nada mais, justificando assim as desigualdades impostas.

Com a linguagem vem o contato, e é por meio da linguagem que se constrói as narrativas, se constrói relações, interações, o conhecimento e até mesmo o debate sobre qualquer tema, inclusive o de gênero (construção de identidade) e o de gestão escolar (lugar de poder). Quando temos uma narrativa sobre um único ponto, neste caso, a visão do lugar e papel social da mulher, quase sempre é uma visão 'negativa' e superficial, negligencia as muitas outras histórias que as compõem, elabora **estereótipos**, estrutura se de maneira a difundir uma ideia, e essa intenção se baseia no desejo de desconstruir tais como seres inteiros, dignos e valorosos, distanciando as e diferenciando de maneira subjetiva e objetificada.

Quando se pensa na concepção de ideia elabora-se a construção de fala, narrativa ou discurso, e dessa maneira, percebe-se ferramentas que têm o poder de incluir ou excluir os sujeitos das construções e ações coletivas, ou seja, quando o discurso limita o que pode ser dito, quando pode ou quem pode dizer, ou seja, o próprio discurso se torna o objeto de desejo de poder, tornando em si, uma prática social.

Dessa maneira, é fundamental que haja uma formação mais acentuada e conjunta com debates sobre o tema de gênero e suas transversalidades, a fim de desconstruir as ‘falas’ consolidadas neste meio, e permitir que os sujeitos superem seus preconceitos e estereótipos, transformando a educação no real lugar de inclusão que deve ser.

Referências

BERNARDES, Carliene Freitas da Silva. GUIMARÃES, Selva Fonseca. **Quando os homens e mulheres assumem a direção: as diferenças de gênero na gestão escolar.** RPD, Uberaba/MG. V-19. n.40, p.01-18, jan-abr.2019.

BRABO, Tânia S. A. M. **Democratização da escola sob uma perspectiva de gênero: Um novo desafio.** Faculdade de Filosofia e Ciências. UNESP. ORG & DEMO, v. 5, n. 1, p. 55-78, Marília/SP. 2004.

CORRÊA, Vanisse S. A. **Gestão escolar e gênero: O fenômeno do Teto de Vidro na educação brasileira.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2010.

DOTTA, Alexandre G., TOMAZONI, Larissa R. **A condição da mulher no espaço educacional brasileiro: Aspectos históricos sociais da trajetória feminina.** EDUCCERE. XII Congresso Nacional de educação. Out. 2015.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ. Vozes, p. 14-36, 1997.

MARTINS, Alane M., RIOS, Pedro P. S., VIEIRA, André R. L. **Relações de gênero na gestão escolar: a dicotomia entre mulheres e homens no cargo de diretora/diretor escolar.** ANAIS, 9º Enfope – Encontro Internacional de Formação de Professores, 10º Fopie – Fórum Permanente Internacional de Inovação educacional, V. 9, n. 1, 2016.

MIRANDA, Nonato A. de, PEREIRA, Carla A. S. **Gestão escolar feminina na escola pública estadual paulista: a percepção docente.** Universidade do Estado do Pará. Belém do Pará. Revista Cocar. V. 14. N.28, jan-abr. 2020

SASSO, Andrea G. FRANÇA, Fabiane F. **Gestão escolar e diversidade: discussões sobre a prática de um projeto de ensino e pesquisa.** Universidade Estadual do Paraná. UNESCAR. Campo Mourão. Cadernos de Pedagogia. São Carlos, ano 8, v. 8, n. 16, o, 85-97, jan-jun. 2015.

SILVA, Moisés M., TUNICE, Lucio M. C. **O papel da gestão escolar na tratativa de demandas relacionadas a problemas de identidade de gênero na educação básica.** ECCOM, v. 10, n. 20, jul-dez. 2019.

MAMILOS. **O que é a economia do cuidado?** Entrevistada: Nana Lima e Gabriela Chaves. Entrevistadoras: Ju Wallauer e Cris Bartis. Braimstorm9. 07/05/2021. Podcast. Disponível em: <https://podcasts.google.com/search/mamilos%20o%20que%20%C3%A9%20a%20economia%20do%20cuidado>. Acessado em 17 mai 2021.